



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2013	15h15min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 60ª
(SEXAGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 08 DE AGOSTO DE 2013.**

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária de quinta-feira, 8 de agosto de 2013, às 15h19min.

Convido o nobre Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Comunico aos nobres Deputados que se encontram nos gabinetes que, logo após a leitura do expediente pelo Sr. Secretário, vamos suspender a sessão por 10 minutos, para que os Deputados possam descer para o plenário.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas, sem observações, as seguintes:

- Ata da 58ª Sessão Ordinária;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2013	15h15min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

- Ata da 59ª Sessão Ordinária.

Esta Presidência comunica aos nobres Parlamentares que se encontram nos gabinetes que a sessão será suspensa por dez minutos para que S.Exas. possam descer a fim de darmos início aos Comunicados de Líderes.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h23min, a sessão é reaberta às 15h40min.)

(Assume a Presidência o Deputado Wasny de Roure.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está reaberta a sessão com *quorum* suficiente.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco pelo bloco PMDB/PPL/PTC/PTdoB. Indago a S.Exa. se há aquiescência para que o Deputado Agaciel Maia fale pela Liderança do bloco. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco PMDB/PPL/PTC/PTdoB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu motivo hoje nesta tribuna é para falar sobre educação.

Dados um pouco alarmantes para o Distrito Federal, Deputado Olair Francisco, Deputada Arlete Sampaio! É que quase metade da população do nosso Paranoá não concluiu o ensino fundamental.

Do total de 45.600 habitantes do Paranoá, quase metade, 40,99%, não concluíram o ensino fundamental, enquanto 69,92% da população declararam que não estudam. Os dados são da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios — PDAD, divulgada nesta quinta-feira, 8 de agosto, pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal — CODEPLAN. A pesquisa mostra também que 4% da população do Paranoá se declararam analfabetos.

A pesquisa mostra ainda que 2,3% dos moradores não terminaram os estudos em idade apropriada e recorreram à Educação de Jovens e Adultos — EJA. Os que concluíram o curso superior, incluindo especialização, mestrado e doutorado somam apenas 3,93%. Segundo os dados divulgados, 96,25% da população do Paranoá não fazem atividades extracurriculares, como curso de línguas e informática.

Cabe ressaltar que em uma cidade vizinha como o Lago Norte, 60% dos moradores, Deputada Luzia de Paula, Deputado Benedito Domingos, têm nível



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2013	15h15min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

superior. Ou seja, de todas as pessoas que moram no Lago Norte, 60% delas têm nível superior. Em compensação, metade da população do Paranoá não tem o ensino fundamental.

Estes dados nos impõem uma reflexão mais atenta sobre as falhas e desafios das medidas até agora implementadas em nossa cidade, porque dizem respeito não só à escala de atendimento de programas de alfabetização, especialmente à insuficiência da oferta de vagas para a Educação de Jovens e Adultos — EJA, mas mostram fragilidades importantes sobre a qualidade desses programas de formação, que dizem respeito não só ao processo de aprendizagem, mas também a ações de estímulo para que brasilienses tenham interesse e meios de acesso a livros e outras ferramentas de comunicação que incentivem a prática da leitura e da escrita.

Sabemos que boa parte do trabalho de alfabetização desenvolvido no Distrito Federal, Deputada Arlete Sampaio, se dá por iniciativas da sociedade. Temos uma rede importante de associações, ONGs, igrejas e movimentos sociais engajados nas ações de alfabetização. É o momento de investir em parcerias entre as instituições públicas e privadas.

Temos também de incentivar a juventude que cursa ensino superior a participar de ações de alfabetização no Distrito Federal. De alguma forma poderíamos incentivá-la com pontuação em algumas disciplinas, descontos em inscrições de concursos, enfim, envolvê-la na causa, visto que temos hoje mais de 80 mil universitários em Brasília, Deputado Rôney Nemer, entre 17 e 24 anos.

É necessária uma atenção especial ao público idoso, pois a maioria dos analfabetos tem mais de 60 anos.

Temos que tomar providências para erradicar o analfabetismo no Distrito Federal. Não podemos mais permitir que essa injusta realidade continue acontecendo.

Sr. Presidente, há necessidade de tomarmos uma providência. Esse paradoxo entre o Paranoá e o Lago Norte tem que ter o braço do governo junto com essas políticas de incentivo para que possamos corrigir esta distorção. É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2013	15h15min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio. (Pausa.)

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde, companheiros, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, Sr. Presidente, eu queria ter feito esta fala no dia de ontem, mas, como não houve abertura dos trabalhos, no período em que eu estive aqui na Casa, até as 16h40min, resolvi retomar esta discussão hoje.

É que ontem a Lei Maria da Penha completou sete anos. Inegavelmente, ela tem sido um instrumento fundamental para combater a violência contra a mulher no Brasil. Apesar disso, os índices de violência contra a mulher têm sido ainda extremamente elevados, o que demonstra a necessidade de que cada vez mais possamos construir outros instrumentos que contribuam para superar essa situação de absoluta violência que agride milhares de mulheres no nosso País.

Para vocês terem uma ideia, nos últimos trinta anos, foram assassinadas no Brasil 91 mil mulheres. O Brasil ocupa a sétima posição no *ranking* de homicídios contra mulheres no mundo. Aqui também, no Distrito Federal, temos dados alarmantes. O Distrito Federal liderou o *ranking* anual da Central de Atendimento à Mulher – o *Ligue 180*, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, com a taxa de 1.473 registros para cada 100 mil mulheres. Também no ano passado, ocupou o oitavo lugar no *ranking* nacional de assassinato de mulheres – 5,8 por 100 mil habitantes, de acordo com o mapa da violência editado em 2012.

O Congresso Nacional criou uma CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da violência contra a mulher. Esta comissão visitou todas as unidades federadas e fez levantamentos vários para tentar justamente demonstrar que ainda é um problema absurdamente importante para o Brasil a violência contra a mulher. O relatório apresentado pela CPMI é um relatório que merece de nós uma análise, sobretudo na parte que diz respeito ao Distrito Federal, porque ele registra as boas práticas que foram implementadas neste Governo com relação à violência contra a mulher, sobretudo a criação da Secretaria da Mulher aqui no Distrito Federal, mas, além disso, a nossa Deam, que é um exemplo de funcionamento para o País e que precisa evidentemente ser ampliada no seu atendimento para outras cidades, de forma que as mulheres de outras cidades também tenham próximo de suas residências uma delegacia especializada onde possam registrar a ocorrência de violência contra suas pessoas.

Também foi considerada uma boa prática a integração da rede de atendimentos no plano de alto escalão e na ponta, com envolvimento de servidores e usuários nas redes, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Mulher. A inserção da temática da violência contra a mulher no currículo escolar do ensino fundamental é outro registro de boa prática.

O programa do Ministério Público chamado Diálogos Multidisciplinares em Violência Doméstica e Gênero e, sobretudo, a parceria do Ministério Público com a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2013	15h15min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Secretaria de Estado da Mulher para o atendimento multidisciplinar dos casos de violência doméstica pelo núcleo de atendimento familiar e autores de violência doméstica... Esse núcleo, inclusive, trabalha a reeducação do homem agressor, o que é fundamental. Não basta simplesmente aprisionar o homem agressor. Ao sair da prisão, ele vai praticar novas violências contra novas companheiras. Portanto, é fundamental esse trabalho de reeducação do homem agressor.

Ao lado disso, também, a CPMI fez um conjunto de recomendações ao Governo do Distrito Federal. É bom registrar que recentemente a Presidenta Dilma lançou o programa: Mulher Viver Sem Violência. Ele foi lançado em março deste ano, e o Distrito Federal foi a primeira unidade federada a aderir a esse programa – agora, no dia 17 de julho – e, com certeza, ele vai angariar mais recursos para as políticas de combate à violência contra a mulher no Distrito Federal, e, sobretudo, a criação aqui no Distrito Federal da Casa da Mulher Brasileira, que é um espaço que integra diversas iniciativas, desde judiciais até de atendimento e acompanhamento psicológico, a que as mulheres que são vítimas de violência possam acorrer.

Nós sabemos, por fim, que é fundamental, sobretudo, trabalhar no processo de autonomia da mulher, com programas específicos, como o Mulheres Mil, que visa à capacitação profissional das mulheres para que elas possam entrar no mercado de trabalho e garantir sua subsistência, porque ficou constatado que um dos elementos mais indutores da violência contra a mulher é justamente o fato de ela ser uma pessoa dependente dos recursos do seu companheiro.

São políticas que cada vez mais tendem a crescer no Brasil, assim como a consciência das mulheres de que denunciar a violência praticada contra ela é uma obrigação para que nós possamos superar essa situação e assegurar igualdade de direitos para homens e mulheres, assegurar o respeito pleno à condição feminina para que a gente possa ter um País mais justo, aliás, um País justo, um País igualitário, um País em que os direitos humanos sejam respeitados.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Deputado Wasny de Roure, eu sei que V.Exa. está seguindo um regulamento para o horário, mas eu preciso usar a palavra porque, quando falam das mulheres, eu não posso ficar calado. A maior violência que há contra a mulher é, às vezes, ela não ter oportunidade de trabalhar para ter uma família decente; às vezes não ter oportunidade de ter seu filho na escola, ter sua família acolhida. V.Exa. traz um tema aqui que fala da mulher, que fala da família. Há vários pensamentos quanto a esse discurso.

Eu estava ali conversando com o Deputado Chico Vigilante. V.Exa. falou, eu me lembrei da minha mãe e falei: não posso deixar de fazer aqui um aparte à Deputada Arlete Sampaio.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2013	15h15min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

De vez em quando, Deus coloca a mão em V.Exa.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Às vezes, Deputado Rôney Nemer – V.Exa. está falando aqui do meu lado sem estar no microfone –, Deus fala para a gente de uma maneira diferente. E, nesta tarde, ele está falando para a Deputada Arlete Sampaio de uma maneira diferente. O nosso Parlamento hoje está vazio, mas, às vezes, o tema que V.Exa. traz é para servir para alguém que está aqui. Eu mesmo me senti orgulhoso das palavras que V.Exa. está falando. Eu me lembrei da minha mãe. Faz dias que ando agoniado, e, às vezes, quando eu estou agoniado, eu vou fazer uma visita a ela.

Então, Deputada Arlete Sampaio, parabéns pelo tema que V.Exa. traz nesta tarde.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Muito obrigada, Deputado Olair Francisco.

Ontem, no ano do sétimo aniversário da Lei Maria da Penha, um homem assassinou uma mulher dentro do Metrô em Águas Claras, o que demonstra que estamos longe de superar a situação de que muitas vezes o homem considera a mulher como uma propriedade privada dele, sem que ela possa expressar seus legítimos desejos, intenções, projetos de vida, e ele considera que é inadmissível uma mulher se libertar do seu jugo e, por isso, condena à morte essas mulheres.

Então, essa situação precisa ser superada em nossa cidade. E somente nós, juntos, podemos fazer isso. Esse Parlamento tem o dever e a obrigação de contribuir para que a gente possa debater o tema, encontrar alternativas para que, cada vez mais, possamos proteger as mulheres, fazer com que as mulheres tenham condições de assegurar sua autonomia, e que a gente possa, de fato, ter uma sociedade mais justa em nossa cidade, em nosso País. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante, para falar pela liderança do Bloco Parlamentar PT/PRB.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT/PRB Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero falar na tarde de hoje a respeito de um tema que tenho levantado constantemente desta tribuna, um tema que eu já falava quando era Deputado Federal, que é a necessidade da reforma política no Brasil. Sempre digo que essa é a mãe de todas as reformas. E é importante, Deputada Arlete Sampaio...

Hoje me sinto mais feliz ainda de falar sobre esse tema, porque a sociedade brasileira compreendeu a necessidade da reforma política. Temos dados do Ibope que demonstram que 88% da população brasileira quer a reforma política e quer a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2013	15h15min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

reforma neste ano, não quer no próximo ano, Deputada Luzia de Paula, para valer a partir de 2014, já para as eleições de 2014. E o dado mais significativo é que 90% da população brasileira defende – segundo a pesquisa – que a reforma política se faça através de projeto de iniciativa popular.

Sabemos que a Lei da Ficha Limpa foi projeto de iniciativa popular e valeu para o mesmo ano da eleição. Portanto, a partir do momento em que se tenha um projeto de iniciativa popular propondo a reforma política, sem dúvida, ele poderá ser feito para valer esse ano, para as próximas eleições. A reforma política é fundamental porque vai colocar princípios, parâmetros para a questão da eleição.

Antigamente, quando se falava de financiamento público de campanha, tinha muita gente dizendo que financiamento público era para pegar dinheiro público e gastar com campanha. O sentido não é esse. O financiamento público é para que se possa dar verdadeira igualdade a quem disputa as eleições. A partir do momento em que temos o financiamento público de campanha, eu, a Deputada Luzia de Paula, ou qualquer outro cidadão ou cidadã desta cidade iremos disputar eleição no mesmo nível e nas mesmas condições. E aí ganha efetivamente o voto dos eleitores quem tiver a melhor proposta de campanha.

Portanto, essa questão do financiamento público... Nós estamos vendo agora, começou nas redes sociais essa investigação feita pelo CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica com relação ao PSDB de São Paulo, e agora – todas as redes sociais publicaram – a grande imprensa foi obrigada a publicar também, hoje é manchete do jornal *O Estado de São Paulo*. E o que foi publicado, Deputado Olair Francisco, é o maldito financiamento privado. Portanto, eram os tucanos sendo financiados nas suas campanhas por essa empresa alemã que resolveu entregar o processo para se livrar de outro pelo qual ela certamente ficaria impedida de agir no Brasil.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, hoje estou falador igual a V.Exa., estou conversando demais da conta.

Deixe-me dizer-lhe por que estou fazendo esse aparte. V.Exa. traz o tema da reforma política, o qual acho essencial porque a reforma política tem de ser feita assim como a reforma constitucional. Queira ou não queira, temos muitas leis atrasadas, e a reforma política é um dos pontos que têm de ser debatidos e aprimorados. O que não podemos fazer, Deputado Chico Vigilante, é uma reforma meia-sola. O Brasil, o povo, as pessoas, ninguém aceita mais as coisas pela metade. O cidadão não aguenta mais ir até ali e não chegar ao final. Então, não tem como fazer uma reforma política dentro de dois ou três meses para que no próximo pleito eleitoral ela possa ser colocada em prática, pois temos de debater o assunto com a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2013	15h15min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

sociedade como um todo para chegarmos a um entendimento que seja o correto. Acho que a iniciativa privada não tem que financiar campanhas eleitorais, como acho também que temos de encontrar uma maneira, porque também não sei se é a solução o dinheiro público financiar as campanhas. O cidadão comum não vai entender que aquilo é um bem que está sendo financiado e que aquilo é bom para ele.

Infelizmente, Deputado Chico Vigilante, 90% das pessoas entendem que a questão política não é essencial para o cidadão, para a família, para o povo, mas, pelo contrário, sem a política não há como se fazer o desenvolvimento necessário. Foi um ato político que fez a Capital vir para Brasília; foi um ato político que permitiu a construção do Metrô; é um ato político que faz o desenvolvimento chegar a certos lugares; é um ato político que faz o ex-Presidente Lula ser a estrela que é, porque S.Exa. teve a sensibilidade política de levar os programas Luz para Todos e Bolsa Família para a população. Se eu for falar do Lula aqui, vou levar a tarde toda.

Então, é importante que se faça, sim, uma reforma política. O tema que V.Exa. traz é essencial, mas eu acho – e quem sou eu para colocar um ponto de interrogação na fala de V.Exa., um homem que dedicou a sua vida à vida pública? – que tem que ser aquela reforma, aquela lei, que não tenha nenhum ponto de interrogação.

Quero apenas, nessas minhas humildes palavras, engrandecer o tema que V.Exa. traz aqui hoje. Estou ao seu lado, mas também quero ter o equilíbrio do pensamento para ser justo no Congresso Nacional a fim de que essa lei saia nota dez.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte de V.Exa. e o incorporo ao meu pronunciamento.

Deputado Olair Francisco, além da reforma política, defendendo também uma Constituinte exclusiva no Brasil – exclusividade –, cujos parlamentares constituintes sejam eleitos, façam as reformas necessárias e voltem para casa sem poder disputar eleição. Qual a necessidade dessa Constituinte exclusiva? Nós precisamos de um processo constituinte que possa dotar o Brasil de uma Constituição que acabe com os privilégios do próprio Judiciário. V.Exa. tem consciência, Deputado Olair Francisco, de que hoje, por mais que um juiz, um desembargador ou um ministro de um tribunal superior cometa todo tipo de atrocidade, sua máxima punição é a aposentadoria especial com salarial integral? Isso não pode continuar assim.

E só se farão essas mudanças, que são fundamentais, quando tivermos a coragem de fazer uma Constituinte exclusiva no Brasil. Precisamos fazer! A sociedade cobra isso, e os políticos têm de dar essa resposta. Têm de ter a coragem de fazer essa Constituinte exclusiva para colocar o nosso País em um novo patamar, em uma nova realidade, para que ele se insira efetivamente dentro do contexto das grandes nações.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2013	15h15min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante, que falou por oito minutos.

Eu quero aproveitar aqui, com o encerramento da fala dos Líderes partidários, para dar as boas-vindas aos servidores do DFTrans que vieram visitar a Câmara Legislativa, em nome de todos os colegas da Casa.

Eu já havia recebido uma comissão no dia de ontem e mantivemos contanto com a secretaria. Estamos articulando um retorno, inclusive acertado aqui com o Deputado Agaciel Maia e o Willemann, no sentido de que possamos receber o secretário e uma comissão. Não temos garantia do horário, porque o secretário e o secretário adjunto, nesse momento, se encontram com o governador no despacho dos projetos que eles estão fechando acerca da revisão da proposta salarial dos servidores – planos de carreira – a serem encaminhados, nos próximos dias, à Câmara Legislativa.

Então, ao identificar, a comissão nos procure. Até sermos procurados, deveremos ter um horário para esse encontro, que provavelmente deverá ocorrer no dia de amanhã. Hoje eu acho pouco provável, tendo em vista que essa reunião com o governador é bastante prolongada.

Portanto, vocês são bem-vindos. Acompanhem o debate da Casa, bem como conversem com os colegas Parlamentares sobre a reivindicação, a pauta, o motivo da greve, as questões circunscritas. Da nossa parte, são bem-vindos. As tratativas estão sendo feitas para que ocorra, aqui na Câmara Legislativa, esse encontro dos representantes da categoria com alguns Deputados que compõem a Mesa Diretora.

Muito obrigado. (Palmas.)

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria também dar boas-vindas aos servidores do DFTrans e dizer a V.Exa. que eu estive com o sindicato participando de uma reunião que eles tiveram com o Secretário Wilmar Lacerda, há cerca de uns trinta dias mais ou menos, lá na Secretaria de Administração.

Quero também me solidarizar com eles, porque o governo está para mandar pra cá mais de 28 projetos de reestruturação de carreira. O DFTrans recebeu há pouco tempo vários profissionais contratados por concurso, que esse governo contratou e que precisam efetivamente ter uma igualdade de tratamento com as outras autarquias que existem no Distrito Federal.

Então, eu queria dizer a V.Exa. que, se eu também pudesse participar dessa reunião, gostaria de estar presente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2013	15h15min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – V.Exa. é convidado, Deputado. Aqui não há restrição, V.Exa. sabe muito bem, principalmente conhecendo a sua trajetória em defesa dos servidores públicos, sobretudo da estrutura do GDF. V.Exa. sempre soma às conquistas dessas categorias. Portanto, é inteiramente bem-vindo à reunião, que esperamos que ocorra no dia de amanhã.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita. (Pausa.)

Como o próximo inscrito sou eu, passo a Presidência ao Deputado Agaciel Maia.

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trago hoje um assunto que tem me angustiado profundamente, a questão pertinente aos processos de regularização fundiária no âmbito do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2013	15h15min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

Naturalmente, o Governo do Distrito Federal tem uma política em vista, uma política que está em curso por meio do processo de verticalização, com construções de blocos de apartamentos, como está ocorrendo neste momento no Mangueiral, no Riacho Fundo II. Esses projetos são extremamente relevantes para a sociedade e não têm a mesma intensidade, até porque o processo é um tanto quanto complexo para as nossas regularizações.

E isso tem me preocupado porque, na medida em que não há de fato um processo de concretização das medidas de regularização fundiária, deixa a nossa cidade um tanto quanto à mercê de um quadro de indefinição, e o quadro de indefinição e de incerteza só alimenta aqueles que convivem com a ilegalidade e com a irregularidade, sobretudo aqueles que vendem terra pública na perspectiva de alimentar um condomínio, uma residência, enfim.

Creio que esta política, a política da indiferença, a política da omissão, só traz a ampliação do processo, tanto é verdade que a Codeplan tem uma pesquisa que aponta que hoje mais de 50% dos imóveis no Distrito Federal não têm escrituras. Ou seja, há um quadro de incerteza do mercado, sobretudo dos segmentos que dependem de moradias nas antigas áreas de assentamentos que hoje já são cidades efetivas, como Recanto, como Samambaia, como Santa Maria, que vêm alimentando ainda a prática da ilegalidade como a prática plausível. Dizem: "Levantei, construí, tem que ser legalizada, tem que ser regularizada". E, com essa conduta, naturalmente se perde o efeito e a presença de toda política habitacional que qualquer governo venha a ter para a cidade.

Quero trazer aqui esse clamor aos colegas porque entendo que Brasília não pode ficar neste quadro de incerteza imobiliária que estamos vivendo. Isso só traz prejuízo para a cidade a curto e a longo prazos.

E aqui eu quero pontuar algumas áreas que têm sido alvo de expansão urbana, com total falta de acompanhamento e planejamento urbano. Eu vou citar aqui o Setor Habitacional Água Quente, que inclusive o Deputado Rôney Nemer conhece muito bem, e é um setor em que não há presença do Estado. A presença do Estado naquela localidade é mínima, e a precariedade do atendimento dos poucos equipamentos que o Estado tem naquela localidade, principalmente escola, ainda alimenta mais um sentimento de falta de reconhecimento de determinados espaços urbanos que vêm sendo construídos na cidade. Aí há uma enormidade, como o setor, como o Condomínio Porto Rico, na cidade de Santa Maria – Deputado Agaciel Maia falou há pouco para nós –, ou até mesmo em São Sebastião, que é uma cidade que V.Exa. vem acompanhando e na qual vem trabalhando. E nós estamos sendo surpreendidos sempre no prejuízo político.

Eu quero aqui citar, até porque se tem aprofundado, e aí não é tanto em regiões tão distantes da parte central da cidade, como o Condomínio Privê do Lago Norte, que é um condomínio essencialmente classe média, em que a população está



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2013	15h15min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

literalmente angustiada, porque não é possível fazer as ligações elétricas. Mas as casas estão prontas. Não conseguimos entender, então, como se viabiliza uma construção, viabiliza-se a comercialização de um lote, a casa é construída e, depois, na hora de fazer a ligação se torna impossível, porque, naturalmente, a ligação elétrica de uma casa que não é um simples barracão, não é um simples cômodo e banheiro, exige uma capacidade de energia maior, para poder atender uma família que virá morar num local como esse. Claro, a população fica transtornada, porque hoje sem energia as condições de moradia são mínimas ou praticamente se tornam quase que impossíveis as condições de moradia.

Portanto, nós estamos fazendo um apelo à CEB, queremos ir à Procuradoria conversar sobre questões dessa natureza, mas é fundamental que a Sedhab tenha ações mais afirmativas no processo da regularização fundiária aqui no Distrito Federal.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Wasny de Roure.)

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu estou até um pouco emocionada... eu aproveito o uso da palavra, em primeiro lugar, para agradecer os membros da Comissão Especial desta Casa que aprovou hoje uma PELO de minha autoria que cria o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Sr. Presidente, esse é um marco na nossa história. Muitos segmentos já tinham seu fundo e, agora, na Comissão Especial foi aprovado, e creio eu que virá a plenário muito breve. E todos os nossos parceiros, todos os Deputados têm realmente um compromisso especial com o segmento das nossas crianças que tanto precisam desse fundo e com o não contingenciamento do dinheiro que é para a criança e o adolescente.

Então, mais uma vez, eu quero agradecer à Deputada Arlete Sampaio, ao Deputado Robério Negreiros e ao Deputado Prof. Israel Batista que votaram hoje essa emenda à Lei Orgânica, a PELO que garante o direito de nossas crianças, o direito dos nossos adolescentes. Parece pouco, mas é muito significativo. É 0,3% da receita corrente líquida, mas isso sendo aplicado, com certeza muitas vidas serão salvas, muitas mulheres não sofrerão violência, muitos meninos não terão de pagar pelo erro da falta de políticas públicas, pelo erro do Estado e da sociedade que, muitas vezes, por não estender-lhes a mão, os condenam, mais tarde, a regimes que seriam merecidos por aqueles que os estão condenando.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2013	15h15min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Registro, com enorme satisfação, a presença da Deputada Liliane Roriz.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de parabenizar a união, a integração, a dedicação que o pessoal do DFTrans tem mostrado no sentido de se constituir, realmente, uma carreira de profissionais dentro do GDF. Nessa luta, V.Exa. agora está ombreado comigo na intenção de conversarmos com o governo, para que esses servidores tão importantes para o GDF venham realmente ser reconhecidos nesse plano de carreira que está para chegar aqui à Câmara Legislativa. Parabéns a vocês!

Eu gostaria de tratar de um assunto específico, Sr. Presidente. Fala-se muito sobre reivindicações da Polícia Militar, e nós ficamos sabendo agora que vai haver uma operação padrão na polícia. Muitas questões chegam sobre a situação da Polícia Militar, reivindicações, e até nós mesmos, os Deputados, poucos de nós conhecemos as reivindicações da Polícia Militar. Então, eu resolvi me aprofundar para saber quais os compromissos, quais as reivindicações que a Polícia Militar tem pendentes. Venho fazer esse pronunciamento para incluí-lo nos Anais da Casa, para que fique de maneira clara a todos nós, à população, o que pleiteiam a Polícia Militar e os Bombeiros.

A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal decidiram, durante assembleia realizada ontem, que entrarão em operação padrão até o dia 13, Deputada Liliane Roriz, quando será feita uma nova reunião. Com isso, os bombeiros vão conduzir as viaturas sempre na velocidade da via – o que pode atrasar um socorro – e os PMs só abordarão pessoas em caso de suspeita evidente. As duas categorias reivindicam o cumprimento de promessas durante a campanha eleitoral, entre elas a reestruturação das carreiras.

Todos nós sabemos da importância da PM e do Corpo de Bombeiros, e que essa forma de protesto pode acarretar drásticos prejuízos para a população do Distrito Federal, em especial para os que necessitam de socorro imediato oferecido pelos militares. A principal reivindicação é a reestruturação da carreira. Portanto, quero fazer um apelo ao GDF para que seja dada a devida importância à questão, lembrando que várias pessoas poderão correr risco de vida caso a mobilização se prolongue.

Fiz aqui um quadro comparativo sobre as reivindicações, Deputada Arlete Sampaio. O item 1 refere-se à reestruturação do plano de carreira, com a promoção sem dependência de vagas, interstício, e aumento de efetivo para recompor a defasagem existente. Esse pleito não foi atendido. O item 2 é a continuidade do programa Polícia do Futuro, com graduação e pós-graduação para os militares; terceirização das guardas dos quartéis, também não atendida ainda; definição de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2013	15h15min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

plano de obras com metas de curto e médio prazos para construção e reforma de quartéis, bem como a implementação do centro médico da PM do Distrito Federal, que está em atraso; instituir novo código de conduta ética para a PM (também não foi cumprido); continuação do programa habitacional; instituir o lançamento do auxílio-transporte em contracheque; instituir o programa de negociação das dívidas financeiras contraídas pelos militares do DF, com juros mais acessíveis; criar nova lei de vencimentos que estabeleça igualdade dos valores do auxílio-fardamento, auxílio-natalidade, auxílio-invalidez, auxílio-funeral entre oficiais e praças, ou seja, o mesmo valor para ambos; instituir gratificação de tempo de serviço anual; possibilitar antecipação das parcelas do risco de vida (não foi atendida); adotar o critério de reajuste salarial pelo mesmo índice de correção do Fundo Constitucional do Distrito Federal, ou seja, se o Fundo Constitucional crescer 10% baseado na receita corrente líquida, o reajuste dos policiais seria no mesmo percentual; aumentar as cotas e valores da Gratificação de Serviço Voluntário, a chamada GSV.

Entre outras reivindicações, Sr. Presidente, tem a de transformar o auxílio-alimentação em auxílio-inatividade, para quando o policial tiver sua transferência para a reserva remunerada, ele continuar recebendo esse auxílio.

Aumentar o valor do auxílio-moradia e atribuir competência da concessão ao GDF. Atualmente o auxílio-moradia tem valor meramente simbólico. A alteração da proposta visa também criar e dar ao GDF a autonomia para estabelecer os valores do referido auxílio, à semelhança do tratamento dado ao auxílio-alimentação.

Outra reivindicação dos PMs é implementar o auxílio-transporte para os policiais militares, também uma demanda apresentada aqui anteriormente pelo Deputado Olair Francisco. O benefício do passe livre, além de só beneficiar o militar quando se encontra fardado, causa constrangimento por ser encarado pela opinião pública como um favor que os motoristas concedem aos policiais e aos bombeiros.

Outra reivindicação é efetuar a equivalência de cursos na PM, nos moldes do que ocorre no Corpo de Bombeiros, ou seja, a Lei nº 12.086, de 2009, proporcionou profundas modificações e critérios para a promoção aos postos e graduações de oficiais e praças na PMDF, porém, a partir da vigência dessa lei, surgiram algumas incongruências, pois ao determinar uma nova nomenclatura para os cursos profissionais até então existentes, deixou o legislador de estabelecer a equivalência dos cursos da carreira de praças, providências essas necessárias para adequar a nova nomenclatura de cursos criada pela referida lei. Reivindica-se, portanto, que a equivalência na PM seja semelhante à adotada pelo Corpo de Bombeiros.

Outra reivindicação é retomar o adicional de tempo de serviço anual, incluído nos treze compromissos assumidos pelo nosso Governador. Instituir promoção, independente de vagas, até a graduação de Subtenente, incluído também nos treze compromissos citados pela categoria como compromisso do governador.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2013	15h15min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Ampliar a quantidade de vagas nos quadros de oficiais combatentes, administrativos, especialistas e músicos. Essa reivindicação visa atender o fluxo da carreira, principalmente para proporcionar aos praças condições de alcançar os postos de oficiais nos respectivos quadros.

Instituir o critério único de antiguidade para as promoções em todos os postos e graduação. A adoção do critério de antiguidade para ascensão ao grau hierárquico superior é transparente e precisa, afastando qualquer apreciação subjetiva, passível de influências indesejáveis. Ao militar já é exigido obrigatoriamente a realização de cursos profissionais e conclusão com aproveitamento para as promoções ao longo da carreira.

Outra reivindicação é agregar policiais e bombeiros militares ao completarem 30 anos de serviço. O objetivo: o instituto da agregação faz com que o militar deixe de ocupar vaga na escala hierárquica do seu quadro sem deixar de ser considerado, para todos os efeitos, como em serviço ativo. A proposição possibilitará ajustes no fluxo de carreira e a permanência na corporação por mais tempo prestando serviços à sociedade.

A décima reivindicação é limitar a carga horária do serviço voluntário ao máximo de seis horas. Essa reivindicação visa estabelecer uma jornada adicional, na conveniência e necessidade das corporações, que atenda a preceitos fisiológicos, à capacidade de rendimento profissional e à eficiência no desempenho das atribuições. Tradicionalmente as corporações militares do Distrito Federal adotam a jornada de seis horas de trabalho contínuo.

A décima primeira reivindicação é que seja efetuado o pagamento integral do reajuste salarial de 15% no ano de 2013. O parcelamento do reajuste em três parcelas tem pouca representatividade anual na receita familiar e corrói o poder de compra do policial, que é um trabalhador.

A décima segunda reivindicação é que sejam anistiados os policiais e bombeiros militares de 2ª classe que estejam *sub judice*. Analisado o interesse das corporações, anistiar os soldados de 2ª classe que realizaram o curso de formação de praças por força de liminar judicial e obtiveram aproveitamento.

A décima terceira reivindicação visa implantar o subsídio como forma de remuneração dos policiais e bombeiros. A reivindicação visa atender o que estabelece o § 9º da Constituição Federal.

A décima quarta e penúltima reivindicação dos Policiais Militares do Distrito Federal trata de proventos de aposentadoria. Reivindica-se a paridade com militares da ativa em exercício na Casa Militar da Governadoria ou na Assessoria Militar da Vice-Governadoria. Para que seja atendida essa reivindicação, há a necessidade de se alterar a Lei nº 5.007, de 21 de dezembro de 2012. A Lei nº 5.007, de 2012, não observou o que estabelece a Emenda Constitucional nº 41, de 2003.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2013	15h15min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Por último, a décima quinta reivindicação é a adequação do número de vagas nos postos e graduações dos respectivos quadros. O objetivo é evitar a longa permanência do PM/BM no mesmo posto ou graduação, situação essa causadora de desmotivação profissional e de insatisfação, com reflexos indesejáveis na capacidade operacional das respectivas corporações.

Então, Sr. Presidente, esse pronunciamento hoje visa exatamente, além de colocar nos Anais da Casa, dar a esta Câmara Legislativa e à população de Brasília um raios x de todas as reivindicações que são pleiteadas pelos policiais militares e pelo Corpo de Bombeiros porque, muita vezes, a população, e até nós mesmos, Deputados, vemos um movimento de greve ou uma operação padrão desta natureza e não sabemos detalhadamente o que move esses profissionais a fazerem essa paralisação. Só mesmo os próprios policiais interessados é que sabem.

O objetivo do meu pronunciamento hoje, portanto, foi exatamente esse: incluir nos Anais da Casa e fazer a população de Brasília conhecer quais são as reivindicações dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal.

Era isso o que eu tinha para falar.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Israel Batista.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, prezados colegas, todos que estão aqui, o pessoa da galeria.

O que eu trago hoje, Sr. Presidente, colegas, é um sentimento que não é bom no meu coração. Nós tivemos notícia, algum tempo atrás, de que um coronel da Polícia, Coronel Suamy, foi exonerado por causa da compra de capas de chuva. Esse processo vai ser esclarecido ao longo do tempo, mas ele foi exonerado por conta disso.

Agora, temos notícias, e notícias que não são boas, a respeito do funcionamento do DFTrans, e nós, Deputado Chico Vigilante, pedimos encarecidamente que o Governador olhe e analise o que está acontecendo naquele órgão. É muito importante que tenhamos uma ação concreta. Eu sei que a opinião do Deputado Chico Vigilante é de que o órgão seja extinto. Não sei se é isso o que deve acontecer, mas sei que o funcionamento do órgão, até em respeito à população e também aos seus servidores, deve ocorrer dentro dos princípios da transparência, da impessoalidade, da legalidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2013	15h15min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Hoje nos assustam as notícias que chegam de que terceirizados estão gerenciando postos que fazem a venda de cartões e que há desvio desses recursos. Há notícias de que cartões, principalmente de pessoas com deficiência, que tem esse benefício – e é importante que tenham –, são passados inúmeras vezes no mesmo dia e não é tomada nenhuma providência.

Há notícias também de que há uma empresa que opera com o nome de Cootransp, que teria uma ligação umbilical com o dirigente do DFTrans. Então, temos aí um órgão público que é alvo de muitas denúncias e de questionamentos. Por outro lado, os servidores efetivos, que deveriam cuidar do órgão, estão em greve, porque suas reivindicações sequer são atendidas.

Como nós podemos, Deputado Chico Vigilante, querer que um órgão funcione bem se todos os seus servidores efetivos estão apartados da gestão, apartados de um processo de melhoria de condições de trabalho, de melhoria de condições salariais, quando várias e várias categorias vieram a esta Casa e ao governo e foram atendidas.

Todos nós dizemos – e o próprio Governo diz na sua propaganda – que a questão do transporte é essencial, é a virada do governo. Como esses servidores do DFTrans não vão ser atendidos em suas reivindicações? Como iremos melhorar, de fato, o transporte público, fazendo com que os ônibus obedeçam aos horários, obedeçam aos trajetos, que tenham melhores condições, sem fiscalização? Não basta ter ônibus novos, temos de ter ônibus funcionando aos sábados, aos domingos, à noite. Temos de fazer com que eles respeitem, efetivamente, os horários.

Esse povo fez um concurso duro, batalhou e sempre tem feito um discurso, mais do que isso, tem feito a prática de trabalhar efetivamente para que o órgão ande nos trilhos. É isso o que queremos. Não estou falando aqui como Oposição, não; estou falando hoje como cidadã. Estou falando como cidadã que está preocupada com tudo o que está acontecendo hoje no transporte. Precisamos de ônibus novos, ótimo; mas precisamos que eles sejam fiscalizados e haja a entrega dos serviços prometidos à população sem que nos onerem mais ainda. Quando uma pessoa com deficiência, que, em tese, poderia andar seis vezes, anda sessenta vezes em um dia, isso é dinheiro do contribuinte, isso é imposto que a gente paga a mais.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PSD. Sem revisão da oradora.) – Deputada, quero parabenizá-la pelo pronunciamento, mas vou discordar um pouquinho de V.Exa. no sentido dessa polidez toda no tratamento ao Governador Agnelo. S.Exa. é do Partido dos Trabalhadores. S.Exa. tem que proteger os trabalhadores. O transporte não vai andar sozinho se não houver essas pessoas aqui. O Deputado Chico Vigilante, por quem eu tenho uma admiração muito grande, também é do Partido dos Trabalhadores e defende os trabalhadores.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2013	15h15min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Então, Deputada, aquilo que eu sempre disse para V.Exa.: como princípio de tudo, temos de servir. Nós somos os servidores públicos aqui. Para isso, temos que atender aquelas pessoas que nos reivindicam e estão aqui hoje. Se existem falhas, não são falhas das pessoas que trabalham no DFTrans, não. Eu tenho certeza absoluta. Agora, a tentativa que se vê nos jornais para que o transporte se modifique não é de agora. Há muito tempo, o transporte vem assim, e a demanda cresceu muito. Três mil ônibus só não adiantam. Agora, colocar a culpa nesses trabalhadores que estão aqui e dizer que a coisa não funciona, que a coisa não anda por conta do DFTrans é uma injustiça muito grande.

Espero, Deputada Eliana Pedrosa, que tenhamos um pouco mais de rigidez na cobrança com relação a uma determinação do Governador Agnelo de escutar esses trabalhadores. Eu acho que esta Casa tem a obrigação de acolher todos, independentemente de bandeira, de cor, de raça. Não importa. O que importa aqui é nos colocarmos à disposição de qualquer servidor público do Distrito Federal.

Muito obrigada.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Deputada Liliane Roriz, eu entendo o seu sentimento de querer que tenhamos, neste momento, uma posição mais aguerrida, mas, na minha vida pública, a primeira iniciativa é a iniciativa do diálogo, da construção. Mesmo porque esses trabalhadores precisam que as portas da Secretaria de Administração sejam efetivamente abertas novamente às negociações. Então, o nosso primeiro movimento é essa busca do diálogo para que os servidores não saiam prejudicados e, depois, que a população não saia prejudicada.

Fazendo esses apelos, e o Governo não atendendo, aí tem que ter o movimento “vem pra rua”, tem de ter o movimento de se fazer uma crítica mais ácida aqui no plenário. Eu nunca me furtei a ter posições bastante contundentes aqui, mas eu estou fazendo esse apelo. Antes da minha fala, eu conversava com o Deputado Chico Vigilante, que é o Líder da bancada do PT da Câmara Legislativa. Nós temos que ir em busca desse grande diálogo para que os trabalhadores, não sendo prejudicados, possam efetivamente fazer o trabalho com gosto e dar as respostas de que a população precisa.

Quero informar também que eu fiz um requerimento de informação – já deixei esse caso para que a Comissão de Transparência da Câmara Legislativa tome as providências, e o Deputado Joe Valle, que é o nosso Presidente desta Comissão, ficou de abrir uma extraordinária, na semana que vem, para tratarmos, dentre outros assuntos, deste também – pedindo ao DFTrans; o contrato com a empresa Transdatada; o contrato com a empresa Paulista; o contrato com a empresa Algar; saber qual é o grau de autonomia financeira e administrativa do órgão em relação à gestão dos recursos gerados pelas receitas do sistema de transporte que são captadas com dados fornecidos pelas empresas acima; movimentação financeira nos postos do SBA, realizadas, em sua maioria, por mão de obra terceirizada; uso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
08 08 2013	15h15min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

indevido de cartões para pessoa com deficiência, onde deverá ser cruzado o cadastro do DFTrans com o da Sejus.

São alguns questionamentos importantes para o desdobramento de nossas ações aqui. Hoje, nós temos até a convicção dos desmandos, mas nós não temos a documentação necessária. Mas nós vamos atrás. Esse requerimento foi protocolado. Nós vamos atrás de buscar informações concretas. Eu confio que o Governo tenha a sensibilidade de abrir este canal de negociação com vocês, porque é muito triste saber que tanto dinheiro está sendo perdido, dinheiro do contribuinte, e está na mão de pessoas que têm comprometimento zero com a gestão pública.

Tenham certeza de que, neste momento, a minha fala é uma fala de apelo, mas, se o Governo não der as respostas, não respeitar as reivindicações legítimas que estão partindo de vocês, nós partiremos para outro tipo de discurso, um discurso com muito mais ênfase, um discurso com uma cobrança muito mais forte. Primeiramente, em qualquer ação... Eu tenho certeza de que é isto que vocês tentaram primeiro: antes de estarem aqui nesta Casa, vocês tentaram o diálogo. Quando as portas foram fechadas, vocês vieram para cá. Da mesma maneira, agora. Minha primeira atitude é buscar o diálogo, mesmo sendo da Oposição. Se ele não for possível, vamos brigar de outras formas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA) – Consulto se algum Parlamentar deseja fazer uso da palavra ainda. (Pausa.)

Não havendo mais oradores que queiram se pronunciar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h47min.)